



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO

PROJETO DE LEI Nº 417, DE 2022

Revoga o art. 60 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que estabelece a necessidade de licença prévia da autoridade competente em matéria de higiene do trabalho para a prorrogação de jornada de trabalho em atividades insalubres.

Autor: Deputado SANDERSON

Relatora: Deputada FLÁVIA MORAIS

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe propõe a revogação do art. 60 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que estabelece a necessidade de licença prévia da autoridade competente em matéria de higiene do trabalho para a prorrogação de jornada de trabalho em atividades insalubres.

A matéria foi distribuída à Comissão de Trabalho (CTRAB), para análise do mérito, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para apreciação da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, em regime de tramitação ordinária e sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

2

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta CTRAB.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

A legislação vigente permite, regra geral, a prorrogação da jornada de trabalho por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho (art. 59, da CLT).

Em relação às atividades insalubres, porém, o art. 60, da CLT, prevê que qualquer prorrogação de jornada de trabalho deverá ser precedida de autorização prévia por parte do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, mediante exames locais e verificação de métodos e processos de trabalho.

Com a aprovação da Lei nº 13.467, de 2017, a denominada “Reforma Trabalhista”, foi incluído um parágrafo único ao dispositivo, excetuando *“da exigência de licença prévia as jornadas de doze horas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso”*.

Além disso, o art. 611-A da CLT, também incluído pela Reforma Trabalhista, passou a permitir que convenção coletiva ou acordo coletivo disponha, com prevalência sobre a lei, entre outros assuntos, sobre *“prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho”*.

Ressalte-se que a própria página do MTE na *internet*, ao tratar sobre a solicitação de licença prévia para a prorrogação de jornada em atividade insalubre, reitera que estão desobrigadas da exigência de licença as jornadas de 12x36 – com fundamento no parágrafo único do art. 60 da CLT – e as que tenham sido autorizadas por norma coletiva (acordo coletivo ou convenção coletiva) – fundamentadas no inciso XIII do art. 611-A da CLT¹.

¹ <https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-licenca-previa-para-prorrogacao-de-jornada-em-atividade-insalubre>.



* C D 2 5 2 0 9 5 7 1 9 8 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3

Assim, se a empresa desejar prorrogar a jornada além da 8ª diária em ambientes insalubres e houver um acordo ou uma convenção que autorize expressamente essa prorrogação, ou se simplesmente quiser adotar o regime especial de trabalho 12x36 nesses locais, não haverá necessidade de solicitar licença prévia ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Fora desses casos, porém, para que haja prorrogação e compensação de jornada em atividades insalubres é necessária a inspeção prévia e autorização pelo órgão da inspeção do trabalho competente.

Essa licença prévia para prorrogação de jornada em atividade insalubre visa primordialmente proteger a saúde do trabalhador, garantindo que o tempo de exposição a agentes nocivos, ao longo de sua jornada de trabalho, seja o menor possível.

Na redação atual do artigo 60, da CLT, para conceder a licença, a fiscalização do trabalho deve antes proceder aos exames locais necessários e verificar os métodos e processos de trabalho, diretamente ou por intermédio de autoridades sanitárias federais, estaduais e municipais.

Segundo o autor do Projeto, na atual sistemática da licença prévia para prorrogação de jornada em atividade insalubre, o que se tem observado é a ausência de autorização para a prorrogação da jornada pela inércia do órgão competente, que se justifica com a falta de pessoal e de infraestrutura para a realização de inspeções locais.

Todavia, não nos parece que a simples revogação do art. 60, da CLT, seja a solução mais apropriada para o problema. A exigência da autorização prévia está em linha com o direito fundamental de redução dos riscos inerentes ao trabalho (art. 7º, XXII, da CF/88). Sem essa autorização, o trabalhador, premido pela necessidade da manutenção do emprego, pode se ver compelido a aceitar a prorrogação de jornada em atividade sabidamente prejudicial à sua saúde.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

4

Por isso, estamos propondo um substitutivo que, o quanto possível, compatibiliza a proteção do trabalhador com a mitigação do atual gargalo burocrático na concessão da autorização.

A Portaria nº 671, de 2021, do Ministério do Trabalho, que regulamenta o artigo 60, da CLT, estabelece em cinco anos o prazo de validade da autorização para prorrogação de jornada em atividades insalubres (art. 70). Esse é um prazo razoável para que a fiscalização do trabalho revalide as condições de higiene e segurança do ambiente laboral, ajustando a atividade da fiscalização à sua capacidade limitada de pessoal. Por outro lado, esse período de cinco anos permite o planejamento de longo prazo para o empregador, além de obrigá-lo a manter toda a documentação técnica atualizada, para garantir a renovação, o que também protege o trabalhador.

Diante disso, defendemos a manutenção da atual redação do artigo 60, da CLT, com o acréscimo do prazo previsto no artigo 70 da Portaria nº 671/2021, do MTE, conferindo maior estabilidade e segurança jurídica à licença, na medida em que as empresas não ficarão mais sujeitas à alteração do prazo por simples ato administrativo do Executivo.

Ademais, a fixação legal do prazo de cinco anos garante que o empregador somente será obrigado a iniciar um novo processo de requerimento de licença a cada cinco anos. Com isso, confere-se maior agilidade à autorização de prorrogação de jornada em ambiente insalubre, diminuindo a frequência com que as empresas e a fiscalização do trabalho precisarão se dedicar à reavaliação das condições ambientais mediante exames locais e verificação dos métodos e processos de trabalho.

Foi com esse espírito de desburocratização, aliás, que a reforma trabalhista passou a permitir a escala 12x36 em atividade insalubre.

Por fim, a previsão de que a autorização deve ser cancelada sempre que for verificado o não atendimento às condições legais da prorrogação (fornecimento de EPIs, concessão de pausas, etc.), igualmente trazida da Portaria nº 671/2021, do MTE, é importante para garantir que, em





CÂMARA DOS DEPUTADOS

5

caso de risco grave à saúde do trabalhador, a fiscalização do trabalho possa suspender de imediato a autorização concedida ao estabelecimento.

Diante do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 417, de 2022, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada FLÁVIA MORAIS
Relatora

2025-20203

Apresentação: 17/11/2025 12:29:19.107 - CTRAB
PRL 1 CTRAB => PL 417/2022

PRL n.1





CÂMARA DOS DEPUTADOS

6

COMISSÃO DE TRABALHO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 417, DE 2022

Altera o art. 60 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para fixar em cinco anos o prazo de validade da licença para prorrogação de jornada em ambiente insalubre.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 60 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, transformando-se o parágrafo único do artigo mencionado em §1º:

“Art. 60.

§1º

§2º A validade da autorização será determinada pela autoridade que a conceder, nunca superior a cinco anos.

§3º A autorização deve ser cancelada sempre que for verificado o não atendimento das exigências legais para prorrogação de jornada nas atividades insalubres (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada FLÁVIA MORAIS
Relatora

2025-20203



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252095719800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Flávia Moraes

Apresentação: 17/11/2025 12:29:19.107 - CTRAB
PRL 1 CTRAB => PL 417/2022

PRL n.1

